



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO AMAZONAS – CREA/AM
PL-162/2018

REUNIÃO: Plenária Ordinária n.º 513ª

DECISÃO: PL-162/2018

INTERESSADO: JOÃO CARLOS BRAGA FERREIRA - ME

PROTOCOLO: 2555040/2016

EMENTA: Recurso Administrativo. Decisão da C.E.E.C. que indeferiu o pleito da requerente. Fato novo apresentado. Decisão da Especializada que se mantém. Recurso desprovido.

DECISÃO

O **Plenário do CREA-AM**, reunido em sua Sessão Ordinária de nº 513ª, realizada em 26/7/2018, em Manaus/AM, após apreciação e discussão do **Protocolo 2555040/2016** de interesse de João Carlos Braga Ferreira – ME, ora autuada pelo CREA-AM pela INFRAÇÃO “Exercício Ilegal de Profissão – Pessoa Jurídica Leiga”, se responsabilizando pelos Projetos Arquitetônicos, Estrutural, Instalações Prediais (Elétrica, Hidrossanitária, Pluviais), prevenção e combate a incêndio e pânico de 1 (um) imóvel em construção de 5 (cinco) andares, com área de aproximadamente 1.000,00 m², sem responsável técnico para estes fins, sendo-lhe concedido 10 (dez) dias para apresentação de defesa. O fato gerador consistiu na infração à alínea “a” do art. 6º de Lei 5.194, de 1966, resultando na lavratura do Auto de Infração 33839/2016 em 20/12/2016. A empresa recebeu o Auto de Infração em 26 de dezembro de 2016, tendo protocolado a defesa em 13/3/2017, portanto, fora do prazo legal de 10 (dez) dias para a interposição do recurso. A empresa alegou em seu recurso que a ART AM20160033293 citada no Auto de Infração não pertence à obra fiscalizada, mas sim, a ART AM20160037293, registrada no CREA-AM como sendo a da obra em questão. Considerando que a ART AM20160037293 registrada no CREA-AM em 29/1/2016, possui como descrição o seguinte teor: “Construção de prédio com 5 pavimentos para uso residencial, Área Construída: 202,80 m².” Verifica-se que a área informada na ART não corresponde à informada no Auto de Infração, bem como não há a correta descrição do objeto, atividades e quantidades respectivas. O processo foi encaminhado à Câmara Especializada de Engenharia Civil do CREA-AM, tendo em vista a apresentação da defesa em 13/03/2017. Considerando o Art. 73 da Lei nº 5.194 de 1966 que estipula as multas a serem aplicadas às pessoas físicas (profissionais e leigos) e as pessoas jurídicas que incorrerem em infração a legislação profissional, de acordo com a gravidade da falta cometida; considerando a Resolução Nº 1.008/04-CONFEA, de 09/12/2004, que dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades; considerando a Resolução 1.025/09 do Confea, que dispõe sobre Anotação de Responsabilidade Técnica e Acervo Técnico Profissional, e dá outras providências; considerando que os agentes de fiscalização dos Conselhos de Fiscalização do exercício profissional gozam de Fé Pública; considerando, que não procedem as alegações constantes do recurso apresentado, visto que a recorrente não regularizou de maneira correta a situação, uma vez que na ART 20160037293 apresentada como justificativa não consta a correta descrição do objeto, atividades e quantidades respectivas; considerando, constar nos autos uma Certidão de Trânsito em Julgado nº 006/2017, de 13/7/2017, referente ao Processo de Fiscalização nº 29454/2014, também em nome de JOÃO CARLOS BRAGA FERREIRA – ME, pela mesma infração. **DECIDIU**, por maioria de votos, e em harmonia com o voto do Relator Conselheiro Regional ALEXANDRE HENRIQUE FREITAS DE ARAÚJO, para que seja mantido o AUTO DE INFRAÇÃO nº 33839/2016 de 20/12/2016, gerado em desfavor de JOÃO CARLOS BRAGA FERREIRA – ME, em face de irregularidade “EXERCÍCIO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO AMAZONAS – CREA/AM
PL-162/2018

ILEGAL DA PROFISSÃO – PESSOA JURÍDICA LEIGA”, MANTENDO INTEGRALMENTE a DECISÃO 719/17, exarada pela Egrégia Câmara Especializada de Engenharia Civil –C.E.E.C, do CREA-AM. É a Decisão. Presidiu a Sessão o Diretor Administrativo do Crea-AM, no exercício da Presidência, Eng. Civ. **MAURO DE SIQUEIRA QUEIROZ**. Votaram favoravelmente os Senhores Conselheiros Regionais: CARLOS ALBERTO SOARES DE MAGALHÃES, DANIEL PINTO BORGES, DANIELE BRAGA COSTA, EIRIE GENTIL VINHOTE, EDNEY DA SILVA MARTINS, EMMERSON BACURY DE LUCENA, HELDER MANUEL DA COSTA SANTOS, HIGOR LEONARDO DE LIMA NERY, JOSÉ AFONSO DA SILVA ARIAS, KLEBER DOS SANTOS DINIZ, LUIZ CARLOS BARROS DE CARVALHO, MARIA DOS ANJOS F. PACHECO, MANUEL CÉSAR SANTOS FILHO, MIGUEL GODEIRO PRIMO TERCEIRO, PEDRO CHAVES DA SILVA, SÍLVIA CRISTINA BENITES GONÇALES e WENCESLAU ABTIBOL. ALISSON VICENTE DE ARAÚJO LEÃO e MARCO AURÉLIO DE MENDONÇA. Abstiveram-se de votar os Conselheiros Regionais: ALISSON VICENTE DE ARAÚJO LEÃO e MARCO AURÉLIO DE MENDONÇA.

Cientifique-se e cumpra-se.

Manaus, 31 de julho de 2018.


Eng. Civ. **MAURO DE SIQUEIRA QUEIROZ**
Presidente do **Crea-AM**, em exercício